



Diário da Sessão n.º 028 de 27/09/01

Passemos ao ponto n.º 9 da nossa ordem do dia — **Apresentação do relatório da situação existente na Região, relativamente à Leptospirose, de acordo com a Resolução n.º 4/2001/A, da ALRA e Proposta de Resolução.**

Tem a palavra o relator da Comissão para proceder à apresentação do relatório.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão dos Assuntos Sociais sobre a situação existente na Região relativamente à leptospirose, de acordo com a Resolução n.º. 4/2001/A da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e Proposta de Resolução

Capítulo I

Introdução

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no dia 25 de Janeiro de 2001, encarregou a Comissão dos Assuntos Sociais de estudar a situação existente na Região relativamente à Leptospirose, as implicações na saúde pública, o combate necessário às causas que levam ao aparecimento da doença e àquilo que está a ser feito para efectivar esse combate e, no prazo de 90 dias, elaborar e apresentar o competente relatório sobre aquela matéria, conforme consta na Resolução n.º 4/2001/A.



O presente relatório vem satisfazer a referida Resolução, tendo o seu prazo sido largamente ultrapassado, devido ao número de entidades e pessoas ouvidas, assim como, aos múltiplos trabalhos parlamentares que se desenvolveram neste período.

Esta Resolução resulta de uma Proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português na qual aponta o número de pessoas que já foram afectadas pela leptospirose, a sua distribuição por ilhas e menciona ainda que outros casos se poderão ter verificado sem que tenham sido diagnosticados.

A Proposta apresenta diversas questões relacionadas com as desratizações levadas a efeito na Região e pretende que este relatório descreva a real situação em todas as ilhas da Região, tendo em vista decidir-se sobre as formas de enfrentar quer a existência, como o potencial aumento do número de ratos, quer a prevenção e tratamento da leptospirose.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

A Proposta de Resolução apresentada está de acordo com a alínea d) do art.º 23º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos do n.º2 do art.º 167.º, do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciado nos termos da alínea c) do art.º 60 do referido Regimento.



Capítulo III

Desenvolvimento

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais na sua primeira reunião após a aprovação da Resolução n.º 4/2001/A, de 25 de Janeiro, decidiu ouvir, em audiência, as seguintes entidades ou personalidades:

- Secretário Regional da Agricultura e Pescas
- Secretário Regional do Ambiente
- Secretária Regional dos Assuntos Sociais
- Directores dos Hospitais dos Açores
- Associações Agrícolas e Ambientais
- Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores
- Professor Doutor José Matos da Universidade dos Açores
- Instituto de Higiene e Medicina Tropical
- Empresa BAYER
- Dr. Gualter Furtado

1. AUDIENCIA COM O SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS

No dia 20 de Abril de 2001, na Delegação de Ponta Delgada, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi ouvido em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, o Secretário Regional da Agricultura e Pescas, do Governo Regional dos Açores, Dr. Ricardo Rodrigues.

O Secretário Regional começou por afirmar que após ter tomado posse verificou que não havia quem tivesse competência específica nesta matéria, fruto do conflito negativo de competências. As Câmaras Municipais tinham



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

competências nas áreas urbanas e a sua Secretaria no âmbito rural e agrícola. Dada a expansão do número de ratos havia que debelar esta situação, através de um trabalho eficaz de modo a não haver desperdício.

Em seguida informou que a Secretaria gastou verbas avultadas a longo dos últimos anos na desratização. Assim: em 1995, 18 000 contos; em 1996, 25 000 contos; em 1997, 34 000 contos; em 1998, 32 000 contos; em 1999, 34 000 contos; e em 2000, 38 000 contos. Tendo como referência estes valores, havia necessidade de aumentar a coordenação e realizar uma acção concertada com as Autarquias, havendo que contar com a relutância de algumas, dado que em 1999, no Pico as Câmaras não quiseram colaborar.

Um técnico da área de protecção às culturas, fez de forma concertada, entre os vários organismos governamentais e as autarquias das ilhas de S. Miguel e Terceira esta coordenação, nas outras ilhas manteve-se o esquema tradicional, os Serviços de Desenvolvimento Agrário distribuem o veneno às Juntas de Freguesia. Só na Terceira, na primeira campanha, foram gastos 31 000 Kg e na segunda campanha 40 000 Kg, de veneno, que orçou em 44 000 contos. Em S. Miguel, a Associação de Municípios coordena a campanha, tendo a Secretaria disponibilizado um técnico. Os custos destas campanhas têm sido suportados pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, nesta primeira fase, mas no futuro haverá que repartir os custos.

Ao nível dos trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório Regional de Veterinária, têm sido feitas colheitas aos bovinos por forma a ser efectuada uma monitorização, havendo uma diminuição considerável dos bovinos infectados, como se pode verificar pelas estatísticas.

No debate que se gerou com os Deputados foi chamada a atenção que muitas vezes nos perímetros agrários e florestais não era feita a conveniente desratização e que ilhas há, em que as outras Secretarias Regionais, não



poderão participar convenientemente por falta de estruturas e recursos humanos. Por fim foi entendido que nos Cursos para Agricultores não deveria ficar de fora a componente de Higiene e Segurança no Trabalho, dado ser este o sector mais afectado pela Leptospirose.

2. AUDIENCIA COM O SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE

No dia 11 Maio de 2001, na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, foi ouvido em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, o Secretário Regional do Ambiente do Governo Regional dos Açores, Professor Doutor Helder Silva.

O Secretário Regional começou por dar conta do esforço que decorre no momento, nas ilhas de S. Miguel e Terceira, com a participação de várias entidades, para diminuir o número de ratos existentes nestas ilhas. Na Terceira houve duas desratizações em Janeiro e Abril, tendo a Direcção Regional do Ambiente elaborado folhetos e cartazes para divulgação, participado nas sessões de esclarecimento das populações, dando ênfase às desenvolvidas nas escolas de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória por entender que os mais jovens são os melhores veículos da informação.

Dos prospectos constava os vários tipos de ratos, a sua taxa de sobrevivência, o seu comportamento, formas de controlo e combate, assim como, os impactos nos humanos e sobre outros animais.

Relativamente à leptospirose como doença, afirmou que tem pouca informação, havendo outras entidades mais creditadas nesta matéria.

Em seguida falou dos riscos ambientais das campanhas de desratização. Historiou a anterior desratização, na qual se verificou uma quebra na população de milhafres, embora as causas e os efeitos não estejam devidamente comprovados. Todavia, realçou que todas as populações



vivem em equilíbrio, na relação entre predadores e presas, pelo que de facto seria razoável pensar-se que algumas desratizações feitas no passado possam ter tido algum efeito neste equilíbrio e que por falta de predadores poderá ter aumentado o número de ratos. Há portanto que ter alguns cuidados e fazer estas acções de forma continuada e não entre períodos bastante longos, de modo a haver um maior controlo do número de ratos.

No debate com o Sr. Secretário Regional os Deputados colocaram questões relacionadas com a Secretaria do Ambiente, nas quais manifestavam preocupações existentes em várias ilhas relacionadas com os lixos, alguns provocados pelos próprios agricultores, como os sacos dos adubos e rações e plásticos das silagens, matéria para os ninhos dos ratos e poluidores das nossas paisagens, assim como incentivar a limpeza das nossas ribeiras e tomar medidas no domínio das embalagens.

O Sr. Secretário Regional sobre estes assuntos realçou a necessidade de se fazer acções conjuntas entre a Secretaria do Ambiente e a Secretaria da Agricultura e Pescas e informou a Comissão que iria encomendar um estudo à Universidade dos Açores sobre a população dos ratos e a sua dinâmica.

3. AUDIENCIA COM A SECRETÁRIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

No dia 18 de Maio de 2001, na Delegação de Ponta Delgada, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi ouvida em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, a Secretária Regional dos Assuntos Sociais, do Governo Regional dos Açores, Dra. Fernanda Mendes.

A Secretária Regional dos Assuntos Sociais começou por afirmar que a leptospirose é uma doença que preocupa os Serviços Regionais de Saúde,



mas que não pode ser restringida às actividades da Direcção Regional de Saúde. Referiu que será importante fazer um estudo em colaboração com a Direcção Regional de Ciência e Tecnologia e com a participação do Instituto de Higiene e Medicina Tropical. Com este estudo visa-se a identificação das áreas de risco na transmissão da Leptospirose em S. Miguel e na Terceira; desenvolvimento de um modelo predictivo e cenários para um programa de controlo no âmbito da Saúde Pública e da Produção Animal.

Na área da Saúde a equipa será constituída pelo Dr. Alberto dos Santos Rosa, Director do Serviço de Doenças Infecciosas do Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, pelo Dr. Francisco Melo Mota, Director do Serviço de Doenças Infecciosas, do Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada e pela Dra. Clara Paiva, do Serviço de Medicina Interna do mesmo Hospital.

Sobre este estudo foi a Sra. Secretária Regional questionada se teria havido durante a legislatura anterior alguma candidatura com os mesmos objectivos e que não tivesse obtido o apoio da Presidência do Governo, a qual transmitiu que não há conhecimento na Direcção Regional de Saúde sobre este assunto, tendo sido feito no passado um estudo e propõe-se realizar no próximo futuro um novo estudo, nos termos atrás referidos.

Relativamente às entidades intervenientes a Secretária Regional esclareceu que sendo a Direcção Regional de Saúde a promotora contaria ainda, com a participação da Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, dos Hospitais através dos seus clínicos e de uma equipa de apoio científico, coordenada pela Doutora Margarida Collares Pereira, do Instituto de Higiene e Medicina Tropical.



No que concerne ao âmbito do estudo, os deputados informaram a Sra. Secretária dos Assuntos Sociais, que o Secretário Regional do Ambiente havia informado a Comissão que iria encomendar um estudo, com outras preocupações, se não seria conveniente haver uma interligação entre os mesmos por forma a poupar recursos.

Quanto ao espaço a desenvolver, questionaram a Secretária quanto à possibilidade de alargar o estudo às ilhas do Faial e Pico, porque nestas ilhas já se havia detectado pessoas com esta doença, tendo esta respondido que o estudo deveria ser feito nas ilhas onde tem havido mais casos e ser feita a extrapolação para o restante território.

Os Deputados aproveitaram a ocasião para manifestar à Sra. Secretária Regional as suas preocupações relativamente aos cuidados de saúde primários, ao nível da prevenção, e quanto à sensibilização dos médicos e enfermeiros, no que concerne ao diagnóstico desta doença, bem como à população em geral e de uma forma especial aos trabalhadores agrícolas, dos serviços municipais, dos portos e os dos matadouros, no que respeita aos cuidados de higiene e segurança no trabalho.

4. AUDIENCIA COM A DIRECTORA CLÍNICA DO HOSPITAL DA HORTA

No dia 16 de Março de 2001, pelas 10 horas, na sede da Assembleia Legislativa, foi ouvida em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, a Directora Clínica do Hospital da Horta, Dra. Maria Conceição Nascimento.

Sobre o assunto em estudo a Directora Clínica do Hospital da Horta considerou não ser muito preocupante a doença da leptospirose na área de actuação do seu hospital. Foram referenciados três casos em 1998 e dois casos em 2000, dos quais não resultou qualquer morte provocada pela



doença. Um dos casos de 1998 foi transferido para o Hospital de Angra do Heroísmo, tendo morrido com diagnóstico não confirmado. A média das idades dos doentes é de 50/70 anos e a sua actividade profissional está relacionada com a agricultura. É de referir ainda que dois dos casos de 98 eram um casal e um dos casos de 2000 era da ilha do Pico.

Do debate efectuado entre os Deputados e a Directora Clínica salientou-se que no início é difícil a detecção da doença, sendo a primeira triagem feita pelos médicos de família. Verifica-se que os doentes apresentam febre e alterações hepáticas que na maioria das vezes se poderão confundir com uma simples gripe, levando muitas das vezes a algum atraso por parte dos doentes até contactarem os serviços de saúde.

Salientou ainda que o diagnóstico diferencial não é feito na Região, sendo as análises enviadas ao Instituto Ricardo Jorge em Lisboa, levando cerca de 7 a 10 dias.

Por fim os deputados foram informados que os doentes no Hospital da Horta são tratados na Medicina Interna dado não existir um serviço de doenças infecciosas.

5. AUDIENCIA COM DIRECTOR CLÍNICO DO HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO

No dia 26 de Abril de 2001, na Delegação de Angra do Heroísmo, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi ouvido em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, o Director Clínico do Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, Dr. Alberto dos Santos Rosa.

O Director Clínico do Hospital de Angra do Heroísmo começou por realçar que a Leptospirose é uma doença de que se fala quando alguém morre e que os principais visados são normalmente tratadores de gado e agricultores.



Só em 1985/86 se confirmou a doença nos Açores, tendo sido registados em 1986 os primeiros três casos, apesar de já se suspeitar através das hepatites. Esta é uma doença menor e de cura espontânea, de dois em dois anos morre uma pessoa, sendo portanto uma taxa de mortalidade baixa, que não nos preocupa ou envergonha. O número de casos ano aproximam-se da Sida ou da Hepatite B, que têm uma dimensão social muito maior.

Os fenómenos hemorrágicos são os que complicam mais a doença, sendo esta de diagnóstico difícil, porque muitas vezes só à terceira colheita de sangue é que se consegue provar a doença. Na maioria das vezes esta confunde-se com uma simples gripe, sendo muito importante a experiência dos clínicos que, alertados para os grupos de risco, têm feito com que diminua o número de mortes.

As hemorragias pulmonares ou do intestino são as maiores causadores das mortes, apesar do Hospital de Angra do Heroísmo estar devidamente preparado em termos de cuidados intensivos.

Como forma de debelar esta doença entende que as medidas preventivas deverão ser mais enérgicas, que as campanhas de educação e formação são importantes, em especial junto das crianças, como forma de chegar aos pais e que as Associações da Lavoura deveriam fazer, ciclicamente, campanhas junto dos seus associados, para lembrar os perigos a que estão sujeitos, bem como sensibilizar os mesmos para o uso de luvas e botas.

Relativamente ao estudo da doença referiu que a Região tem contribuído para o mesmo, através daqueles que a nível nacional a ele se têm dedicado.

Quanto ao estudo a realizar na Região no futuro, entende que apesar do rato ser o maior transmissor, o cão, a vaca e o porco deverão ser também objecto do estudo.



6. AUDIENCIA COM O DIRECTOR CLÍNICO DO HOSPITAL DO DIVINO ESPIRITO SANTO DE PONTA DELGADA

No dia 18 de Abril de 2001, na Delegação de Ponta Delgada, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi ouvido em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, o Director Clínico do Hospital de Ponta Delgada, Dr. Rui San-Bento, que se fez acompanhar pelo Director do Serviço de Doenças Infecciosas do mesmo hospital, Dr. Francisco Melo Mota.

Estes clínicos começaram por fazer uma abordagem histórica à leptospirose, que era quase desconhecida nos Açores, tendo sido através do Dr. Henrique de Aguiar Rodrigues, que foram notificados os primeiros casos. Informaram ainda que o sistema do Hospital ainda não possui os outputs necessários, de modo a se ter um acesso retrospectivo da doença, atendendo a que os dados são essencialmente manuais.

Quando há uma melhoria da qualidade dos serviços de saúde e das pessoas da área da saúde, quando as populações e os meios de comunicação falam do assunto, as pessoas ficam mais alertadas, pelo que se tem verificado um maior conhecimento público do número de casos diagnosticados com esta doença.

Assim, até 1980 só tinham sido identificados três casos, com a abertura do Serviço de Infecciosas a partir de 1982 e até 1989 foram identificados mais onze casos, de 1989 a 1998 identificaram-se 76 casos. Desta abordagem aos números identificados nos Açores, em comparação com os do Continente e os franceses, chega-se à conclusão que os dados portugueses não envergonham.

Relativamente aos causadores das infecções, referiram que do levantamento efectuado sobre os roedores da Região, as ratazanas



encontravam-se praticamente todas infectadas. Os ratos domésticos são os mais lesivos e os coelhos também já se encontravam infectados.

Em seguida referiram a dificuldade em fazer-se o diagnóstico. Só um pequeno número é identificável, acontecendo o mesmo em outras doenças, como exemplo a hepatite A, já contraída muitas pessoas, mas não identificada. Num estudo feito em 1994, em colheitas de sangue, 27% apresentavam formação de anti-corpos.

Em termos hospitalares afirmaram que tinham todas as condições no que concerne ao tratamento, existindo no diagnóstico algumas dificuldades, mas que advêm da cadeia bacteriológica.

Relativamente à campanha de desratização em curso, questionaram a sua programação, todavia, estavam identificadas todas as medidas tóxicas a tomar em caso de acidente. Aproveitaram ainda para informar a Comissão que era necessário levar avante um novo estudo sobre esta matéria, no sentido de se conhecer melhor esta doença, apesar de em seu entender a leptospirose não poder ser considerada uma calamidade.

7. AUDIÊNCIA COM O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO AGRÍCOLA DOS AÇORES

No dia 12 de Julho de 2001, pelas 10 horas e 30 minutos, na Delegação de Angra do Heroísmo, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi ouvido em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, o Presidente da Federação Agrícola dos Açores, Dr. António Ventura.

O Presidente da Federação começou por afirmar que a mensagem que trazia à Comissão tinha a ver com as preocupações da produção na necessidade de se proceder a um controlo dos ratos na Região, de modo a que se eliminassem os prejuízos causados nas sementeiras, em especial, do milho.



Sobre o número de ratos referiu que no ano anterior os produtores organizaram uma caçada na freguesia do Raminho, concelho de Angra do Heroísmo, chegando a apanhar quatro a cinco dezenas por noite. Afirmou ainda, que este ano as sementeiras voltaram a ser atacadas, tendo havido a necessidade de ressemeiar algumas plantações de milho, apesar da campanha de desratização levada a efeito na ilha Terceira.

Segundo este dirigente associativo, apesar de se conhecer que o rato é o portador das leptospirosas que mais danos tem causado ao homem, entende que os produtores deverão estar prevenidos de que animais como as vacas e os porcos também poderão ser portadores e transmissores da Leptospirose, que em caso de um grande surto traria graves danos à economia regional.

Por fim referiu que o melhor processo de combater a Leptospirose passa pela formação dos agricultores para a prevenção. Todavia, uma campanha de esclarecimento dedicada só a esta temática poderá não ser suficientemente atractiva para a participação dos agricultores, como se verificou em algumas freguesias da ilha Terceira, pelo que a Federação Agrícola irá aproveitar o Congresso da Agricultura dos Açores, a realizar brevemente, para dedicar um espaço privilegiado a esta temática, num fórum em que estarão presentes produtores de todas as ilhas.

8. AUDIENCIA COM A REPRESENTANTE DA G-QUESTA

No dia 12 de Julho de 2001, pelas 12 horas, na Delegação de Angra do Heroísmo, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi ouvida em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, a representante da Associação Ambiental GÊ-QUESTA, Dra. Valentina Santos.

A representante desta associação de defesa do ambiente começou por afirmar que nunca ouvira qual era o objectivo das campanhas de desratização que têm sido levadas a efeito na ilha Terceira, se as mesmas



eram para eliminar totalmente os ratos, para reduzir a metade ou a três quartos. Concluindo que dificilmente se poderá fazer a avaliação destas por falta de definição de objectivo e de monitorização, podendo ser posto em causa o nosso ecossistema devido à sua fragilidade.

Sobre as mesmas campanhas referiu que deveria ter havido um trabalho inicial para se saber a densidade de ratos existente, o seu esforço reprodutivo, a época ou épocas do ano em que predomina a reprodução, quais os tipos de venenos a aplicar por espécie, a localização ideal para a colocação dos iscos, bem como o estudo das espécies ameaçadas por uma campanha de desratização. Sabendo-se ainda que quando se encontram numa situação de ameaça de espécie, o número de ninhadas aumenta.

Salientou por outro lado que a distribuição de veneno não foi a melhor, tendo detectado, pessoalmente, várias embalagens em carteira de alumínio, junto a linhas de água, intactas, e que as mesmas não eram as mais indicadas para o processo em causa, tendo a sua associação, como defensora do meio ambiente, alertado os Serviços Florestais para este facto.

No que concerne aos censos dos animais em seu entender a Direcção Regional de Ambiente deveria estar empenhada nesta tarefa.

Referiu-se seguidamente ao estudo a fazer-se sobre a leptospirose, considerando ser o mesmo muito importante em termos de saúde pública e que era fundamental que se contasse com a participação de todos os agentes relacionados com a matéria. Sobre este assunto foi seu entender que as verbas a aplicar no estudo deveriam ser distribuídas pelas várias entidades participantes.

Seguiu-se uma troca de impressões entre os Deputados e esta representante, os quais lamentaram alguns dos erros apontados, muitos por falta de formação e informação dos intervenientes na campanha de desratização, do



que poderá resultar um desperdício de dinheiro. Todavia, apesar das lacunas apontadas, a representante da Gê-questa considerou que a campanha de desratização tinha sido fundamental para ilha Terceira.

Após esta audiência os Deputados decidiram que se deveria indagar, junto dos Serviços Responsáveis, de que quem fez, como foi feito, quais os resultados e as verbas envolvidas.

9. AUDIÊNCIA COM A ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL “QUERCUS”

No dia 29 de Maio de 2001, na Delegação de Ponta Delgada, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi ouvida em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, uma representação da Associação Ambiental, Quercus.

A representação da Quercus era constituída pelo Eng. Veríssimo Borges e pelo Sr. K. Tweedie, que começaram por afirmar que o assunto da Leptospirose era particularmente simples, porque está relacionado com os resíduos sólidos. A despistagem por sua vez não é fácil, dado que o rato é um transmissor, podendo haver transmissão feita por outros animais, visto existirem vários tipos de leptospiras, concluindo que nesta questão da despistagem têm dúvidas que os nossos serviços regionais de veterinária e de ambiente estejam devidamente preparados para o fazer.

A falta de um plano estratégico de resíduos, o saneamento básico precário e a introdução do aterro sanitário de S. Miguel, foram preocupações deixadas e que se agravarão no caso de S. Miguel, atendendo a que nem todos os lixos serão aceites no aterro. Outra questão levantada prende-se com a má gestão das rações desde o transporte ao seu armazenamento, causadora da proliferação dos ratos na ilha, dado que colaboram na sua alimentação e fornecem matéria para os seus abrigos.



Em seguida focaram o problema da desratização, realçando a necessidade de ser feito um estudo de impacto ambiental de forma a minorar os efeitos ecológicos e de saúde pública. Sobre este assunto analisaram as desratizações feitas nas ilhas Terceira e S. Miguel, realçando as diferenças das duas campanhas quer nas quantidades de veneno, quer nas técnicas, dado que na ilha Terceira o veneno foi muito concentrado e feito na ilha toda, enquanto que em S. Miguel foi feita por zonas.

Concluíram por fim que para haver uma boa qualidade de vida e para minorar os problemas de saúde pública, há que controlar o número de ratos, há que haver uma política de resíduos sólidos por ilha, há que vacinar obrigatoriamente cães, vacas e porcos e alterar alguns dos comportamentos das pessoas. Estas políticas passam por uma coordenação eficaz que deverá estar a cargo da Secretaria do Ambiente, integrando os vários serviços regionais.

10. AUDIÊNCIA COM A ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL “AMIGOS DOS AÇORES”

No dia 20 de Abril de 2001, na Delegação de Ponta Delgada, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi ouvida em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, o representante da Associação Ambiental, Amigos dos Açores, Dr. Teófilo Braga.

O representante desta associação sobre o assunto em estudo, começou por lamentar que se tenha deixado chegar a uma situação de saúde pública, quando deveria ter havido um trabalho no domínio da prevenção.

As causas para o excesso de ratos passa pelo excesso de alimentos e pelas lixeiras a céu aberto que proliferam pela ilha.

Relativamente às campanhas de desratização, desconhece se existe algum estudo científico, no que concerne à densidade de ratos. Espera que o tipo



de venenos tenha sido o mais bem escolhido e que se tenham tido em conta os efeitos sobre outros roedores e as aves de rapina, como o milhafre e o mocho. Nesta campanha já notou algumas deficiências que passam pela entrega de documentação nas escolas, sem qualquer contacto pessoal com as entidades escolares e manifestou alguma apreensão no papel a desenvolver pelas Juntas de Freguesia, atendendo ao reduzido pessoal que estas possuem.

11. AUDIENCIA COM A DIRECTORA DO LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA

No dia 12 de Julho de 2001, pelas 9 horas e 30 minutos, na Delegação de Angra do Heroísmo, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi ouvida em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, a Directora do Laboratório Regional de Veterinária, Dra. Lídia Maria Gomes Flor.

A Directora do Laboratório Regional de Veterinária começou por realçar que o primeiro caso relacionado com leptospirose que teve conhecimento foi um funcionário do seu serviço, ligado a suínos. Em seguida explanou sobre os vários tipos de leptospiras que normalmente se encontram na Região, concluindo que a leptospirose é endémica na Região e que em termos dos animais esta não é problemática, porque não mata, sendo os animais meros reservatórios. Contudo, estas leptospiras poderão ser perigosas para os seres humanos, em especial aquelas de que normalmente os roedores são reservatórios.

Há cerca de 11 anos foram montados no Laboratório Regional de Veterinária os meios técnicos necessários para a detecção destas bactérias, através do método de aglutinação, tendo no ano corrente sido observado um só caso de um animal doente. Este serviço tem colaborado com o



Hospital de Angra do Heroísmo, mas muitas das vezes os testes poderão ser negativos, no início e quando dá positiva a análise não é fácil detectar o tipo de leptospira, o ideal seria fazer-se culturas no Hospital ou fazer uma recolha de fígado do doente.

Em seguida referiu-se à cadeia dos bovinos com os ratos e as leptospiras de que estes animais são reservatórios, realçando o perigo de contágio possível através da urina dos bovinos, para os agricultores, havendo portanto uma necessidade de haver uma campanha para o controlo dos ratos, de modo a diminuir a possibilidade de contaminação dos bovinos, haver uma campanha junto das populações de forma a alterar atitudes e fazer-se um estudo epidemiológico na Região.

Relativamente à necessidade de vacinação dos bovinos, como reservatórios só por si não é conveniente, mas aumentaria o estado sanitário dos animais e iria minorar a possibilidade dos lavradores se contaminarem, apesar de ter algumas reservas se os bovinos serão os transmissores da doença ao homem; os ratos, estes sim poderão ser os grandes causadores.

Quanto à vacinação humana, referiu as experiências chinesas, nos arrozais, dos franceses e da América Latina (Barbados), continuando a haver muitas reservas relativamente a este tipo de vacinas e no caso dos Açores, a vacina deveria ser com as estirpes que existem na Região, mas ainda não foi feito o isolamento das variedades humanas, dado que as pessoas morrem rapidamente, havendo portanto necessidade de se proceder a culturas nos hospitais.

Haverá sim que fazer de momento são campanhas de higienização com a colaboração dos agricultores e campanhas de desratização e informação às populações, reconhecendo que estas actividades não são fáceis em especial



quando se pede à população para participar em sessões públicas como foi verificado na última campanha de desratização da ilha Terceira.

Relativamente a campanhas de desratização referiu, que na nossa Região os ratos encontram condições óptimas para o seu desenvolvimento, desde o clima, passando pela água, comida e abrigo. São necessários estudos para sabermos quantos ratos temos, qual a sua densidade na área territorial, quais as espécies, quais as épocas de reprodução e qual o nível de ratos que queremos manter, para preservar outras espécies, como corujas e milhafres. Sem este estudo e, sem saber quais as quantidades e qualidades de veneno necessárias, poderemos estar perante um desperdício de dinheiro. Sobre este assunto referiu que já foi feito um estudo pela Bayer em 1976, mas que ninguém o dispõe na Região.

Quanto à campanha que foi levada a efeito na ilha Terceira, entende que havia muitos ratos na ilha, que a campanha só serviu para aquele espaço de tempo e que não houve um estudo de impacto ambiental, bem como uma boa selecção dos venenos relativamente às espécies.

12. AUDIENCIA COM A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No dia 20 de Abril de 2001, na Delegação de Ponta Delgada, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi ouvida em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, uma representação da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, constituída pelo seu Presidente, Dr. Manuel Arruda e pelo Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Dr. António Pedro Rebelo Costa.

O Presidente da Associação dos Municípios da Região Autónoma começou por afirmar que se havia deixado de fazer desratizações há algum tempo, pelas Câmaras com o apoio do Governo. Para a desratização que no



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

momento se desenvolve nos Açores, a Associação de Municípios da Região, achou que deveriam ser as Associações de Municípios de Ilha a liderar esse processo, estando nesta altura a desenvolver-se acções de desratização nas Ilhas de S. Jorge, S. Miguel e Terceira.

Em seguida o Dr. António Pedro Costa, como Presidente da Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel, informou que esta Associação estava a coordenar a campanha em S. Miguel. A acção a desenvolver no futuro seria globalizante e que nos próximos três meses se iria desenvolver uma acção de emergência, feita de uma forma parcelar ao longo da ilha e por concelhos, distribuídos da seguinte forma: Ribeira Grande/Lagoa; Nordeste/Vila Franca do Campo; Povoação; Ponta Delgada. A nível concelhio cada Câmara faz a respectiva coordenação.

Na campanha foram distribuídos cartazes através das Casas de Povo e Juntas de Freguesia, elaboraram-se panfletos para entregar nas Escolas e anúncios nos vários órgãos de Comunicação Social. Os Delegados de Saúde participaram nas reuniões preparatórias, responsabilizando-se pelos cuidados de saúde a ter em conta na retaguarda duma campanha deste tipo.

Relativamente aos custos desta campanha, o Governo Regional responsabilizou-se pelo pagamento de 40 toneladas do isco, com veneno, e os particulares estão a pagar 135\$/Kg. Este preço visou disciplinar a distribuição de raticida junto das populações.

Este representante considerou irresponsável a Associação Agrícola pelas críticas que esta fez às Câmaras Municipais, dado que não cabia aos Municípios a desratização das ribeiras, estradas, portos e zonas agrícolas, mas tão somente os perímetros urbanos. Hoje, nesta campanha, todos estes espaços, com excepção dos perímetros agrícolas, estão a ser coordenados pelas Câmaras.



13. AUDIÊNCIA COM PROF. DOUTOR JOSÉ MATOS DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

No dia 26 de Abril de 2001, no pólo da Terra Chã, da Universidade dos Açores, foi ouvido em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, o Professor Doutor José Matos, da Universidade dos Açores. Este docente universitário começou por afirmar que já tinha participado num estudo em 1992/93, no âmbito dos pequenos mamíferos, no qual estavam integrados investigadores belgas, franceses e de Universidades Portuguesas e em que participava a Doutora Margarida Collares Pereira.

Das conclusões desse estudo destacou que, por comparação com os pequenos mamíferos, o morganho apresentava taxas de leptospirose mais elevadas.

Em seguida informou a Comissão que tinha feito uma proposta de estudo ao PRAXIS, tendo a mesma sido aprovada a nível científico, mas reprovada na parte financeira. Neste novo estudo iria envolver mais países e outras instituições, assim como, iria alargar a outros mamíferos, em especial aos bovinos.

Salientou a necessidade de vacinar-se os cães e os bovinos, dando como exemplo o que é feito na Nova Zelândia, porque no seu entender os ordenhadores estão muito expostos, em especial à urina, que provoca aerossóis, com milhões de leptospiros. Tudo aponta para que haja uma elevada superpositividade dos bovinos, podendo a contaminação não ser feita só através da urina mas provavelmente também poderá ser feita pelo leite. No que concerne às salas de ordenha, entende que, quantas mais houver, maior será o número de infectados.

Relativamente aos ratos sustentou que é impossível eliminá-los na totalidade, visto os Açores serem muito ricos em alimentos e passar pela



própria sustentação da espécie. O controlo passa pela eliminação do lixo e das lixeiras, porque só com veneno é preocupante e dispendioso. É necessário fazer-se um estudo do número de ratos existentes por forma a saber-se antes, durante e no final de uma campanha de desratização, quais foram os resultados da mesma. Finalmente deixou a preocupação do despejo de toneladas de veneno e dos efeitos sobre os animais domésticos e equilíbrio ecológico, salientando ainda que deverá haver um devido acompanhamento técnico e não assentar apenas na distribuição voluntária, visto esta não ser a melhor maneira, dado que poderá haver grandes lacunas na malha a cobrir.

14. AUDIENCIA COM A DRA. MARGARIDA COLLARES PEREIRA

No dia 27 de Junho de 2001, no Instituto de Higiene e Medicina Tropical, em Lisboa, foi ouvida em audiência por uma Subcomissão da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, a Doutora Margarida Collares Pereira, Bióloga, Investigadora, Directora da Unidade de Leptospirose e Borreliose de Lyme e Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais, do Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

Esta investigadora fez-se acompanhar de outros investigadores da sua Unidade e da Unidade de Epidemiologia e Bioestatística e de Sistemas de Saúde, do mesmo Instituto, que está integrado na Universidade Nova de Lisboa, bem como de investigadores do Centro de Biologia Ambiental (CBA) / Faculdade de Ciências de Lisboa, da Universidade de Lisboa.

Foi feita por estes investigadores uma abordagem científica à Leptospirose, que passou pela sua caracterização, sua distribuição mundial, o processo de transmissão das leptospiras, a caracterização clínica no homem e seu diagnóstico bem como a sua prevenção.



A Leptospirose é uma zoonose de acentuada distribuição mundial, endémica nas regiões tropicais e sub-tropicais. Nas zonas temperadas, a doença está basicamente associada a uma exposição ocupacional ou de lazer. Em Portugal, a Leptospirose tem tido uma importância crescente nos últimos anos, devido a uma maior atenção dos clínicos para esta patologia e à influência das alterações climáticas no ciclo zoonótico dos agentes. A recente ocorrência de casos fatais, em particular nos Açores, levou à implementação de campanhas de desratização nas ilhas Terceira e S. Miguel.

A transmissão das leptospiras é feita pelo contacto directo ou indirecto com água contaminada pela urina dos hospedeiros e reservatórios infectados. Em regra, são os roedores os principais responsáveis pela dispersão das leptospiras pela Natureza, embora alguns animais domésticos (bovinos e suínos) possam ser igualmente considerados “portadores crónicos”

O contacto humano é acidental e resulta quer de uma exposição profissional (ex: trabalhadores de matadouros, agricultores e tratadores de gado) quer do contacto com colecções de água doce em actividades de lazer (ex: pesca, canoagem, jardinagem, golfo).

A leptospirose está muito associada ao período das chuvas, visto favorecer-lhe a maior dispersão e o contacto com as leptospiras, uma vez eliminadas pela urina dos animais infectados.

Clinicamente, a doença humana confunde-se, em regra, com uma simples gripe mas pode ser fatal, nos casos mais graves (cerca de 10% nas zonas temperadas) devido a choque séptico, insuficiência renal aguda ou pneumonia hemorrágica. Tem cura se for detectada a tempo, pois as bactérias são muito sensíveis aos antibióticos na fase inicial da doença. Nos bovinos provoca graves problemas na reprodução e na lactação.



O diagnóstico desta doença é clínico e laboratorial. A pesquisa de leptospiras faz-se por exames serológicos de rastreio confirmados pela técnica de referência (reação de aglutinação microscópica), pela pesquisa directa em cultura (sangue, urina e líquor) e por técnicas de biologia molecular.

A prevenção faz-se pelo uso de vestuário apropriado (botas e luvas), pela educação sanitária das populações (lavagem frequente das mãos) e pela vacinação dos grupos de risco em áreas endémicas. O controlo dos roedores e o tratamento dos animais domésticos são também medidas importantes a tomar, em termos de Saúde Pública e da Economia Pecuária.

Em seguida foi feita uma descrição dos objectivos e resultados esperados do estudo a promover pela Direcção Regional de Saúde, através do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada e o Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, através do Laboratório Regional de Veterinária, com a coordenação científica, da Unidade de Leptospirose, dos Instituto de Higiene e Medicina Tropical, bem como a participação da Unidade de Epidemiologia e Bioestatística e de Sistemas de Saúde, do mesmo Instituto e o Centro de Biologia Ambiental da Faculdade de Ciências, da Universidade de Lisboa. Este estudo contará ainda com a colaboração de investigadores internacionais da Holanda, Irlanda e França.

Este estudo visa a identificação das áreas de risco na transmissão da Leptospirose em S. Miguel e Terceira, desenvolvimento de um modelo predictivo e cenários para um programa de controlo no âmbito da Saúde Pública e da Produção Animal.

Relativamente à população humana foram definidos vários objectivos e foram previstos alguns dos resultados esperados. Assim:



Objectivo 1

- . Avaliação epidemiológica dos casos de leptospirose diagnosticados nos últimos anos nas ilhas Terceira e S. Miguel;
- . Investigação das áreas identificadas como de maior risco (inquéritos em doentes, saudáveis e grupos profissionais de risco).

Resultados esperados:

- . Caracterização dos grupos populacionais mais atingidos nos últimos anos e das áreas de risco;
- . Avaliação da prevalência actual da infecção humana nas áreas seleccionadas.

Objectivo 2

- . Avaliação dos conhecimentos, atitudes e práticas actuais da população face à leptospirose (questionários, entrevistas e outros);
- . Implementação de acções de sensibilização para a prevenção da doença.

Resultados esperados:

- . Identificar o grau de conhecimento da doença e sensibilizar a população para uma participação activa, no âmbito de um programa de controlo da endemia.

Objectivo 3

- . Definir e implementar um diagnóstico rápido dos casos suspeitos de leptospirose nos Serviço Regionais de Saúde – técnica de macro-aglutinação.

Resultados esperados:

- . Aumentar as competências técnicas dos recursos humanos locais e agilizar o diagnóstico definitivo.

Objectivo 4



. Optimização de técnicas de isolamento e identificação directa dos agentes patogénicos – cultura e PCR.

Resultados esperados:

- . Caracterização bacteriológica dos casos precocemente fatais e dos casos seropositivos;
- . Obtenção de estirpes patogénicas humanas (estudos de biodiversidade).

Quanto aos roedores:

Objectivo 1

. Identificar e caracterizar as áreas de ocorrência de roedores, enquanto reservatórios de “eleição” de leptospiros.

Resultados esperados:

- . Cartografia das 3 espécies de roedores presentes nas ilhas (distribuição e abundância relativa);
- . Avaliação dos factores que regulam a sua abundância.

Objectivo 2

. Desenvolver modelos predictivos do risco de transmissão das leptospiros ao homem e animais domésticos.

Resultados esperados:

- . Identificação de indicadores de risco e áreas prioritárias de intervenção.

Objectivo 3

. Caracterização dos parâmetros populacionais dos roedores com maior influência na transmissão de leptospiros.

Resultados esperados:

- . Identificação dos biótopos de maior abundância;
- . Caracterização do ciclo anual de reprodução;
- . Determinação dos factores que condicionam a agregação e dispersão dos roedores.



Quanto aos animais domésticos

Objectivo 1

- . Identificação e caracterização dos animais domésticos com maior influência na transmissão/manutenção de leptospiras nas áreas de risco;
- . Definição de directivas para um programa de vigilância.

Resultados esperados:

- . Identificação das leptospiras patogénicas e das espécies animais mais infectadas nas áreas seleccionadas;
- . Recomendações para a monitorização, tratamento e controlo imunológico dos efectivos.

Objectivo 2

- . Implementar um diagnóstico directo mais sensível da leptospirose nos efectivos pecuários – cultura e PCR

Resultados esperados:

- . Aumentar as competências técnicas dos recursos humanos locais e melhorar o diagnóstico definitivo.

Objectivo Final

Estabelecer e implementar um programa de vigilância epidemiológica da leptospirose ao nível das populações visadas, a curto, médio e longo prazo.

Resultados esperados:

Definição de critérios e de directivas a adoptar, a nível regional, para a implementação de um programa de monitorização e controlo da leptospirose:

- . nos reservatórios naturais (__ nos roedores)
- . na população humana (educação para a saúde, diagnóstico precoce e tratamento adequado).



Foi afirmado ainda que este projecto de estudo, a desenvolver ao longo de três anos, permitirá o desenvolvimento integrado de acções complementares, indispensáveis a uma abordagem multidisciplinar de uma patologia com crescente importância regional, desde que seja garantido o interesse sustentado por parte das autoridades locais a curto, médio e longo prazo.

Relativamente às campanhas de desratização que se desenvolvem neste momento na Região foi afirmado que estas só por si não darão grandes resultados, dado que é necessário definir a época ideal, para a sua execução, que normalmente é antes da reprodução, sendo por isso importante conhecer-se o ciclo anual. Impõe-se ainda uma gestão ambiental, visando combater os lixos e as lixeiras, assim como o desenvolvimento de políticas educacionais junto de grupos populacionais específicos e da população em geral.

Com os Deputados foi ainda explicitado que a vacinação humana é possível, mas ela só será eficaz se houver um verdadeiro conhecimento das estirpes regionais, por forma a poder desenvolver-se uma vacina específica. Este conhecimento passa pela implementação de culturas que só são possíveis incrementar à cabeceira do doente.

15. AUDIÊNCIA COM RESPONSÁVEIS DA EMPRESA BAYER

No dia 28 de Junho de 2001, na sede da Empresa Bayer, em Lisboa, foram ouvidos em audiência por uma Subcomissão da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, os técnicos responsáveis desta empresa, pelo sector de combate a pragas de roedores.

Estes responsáveis apresentaram a sua perspectiva técnica quanto ao processo de proceder ao controlo de roedores nas áreas urbanas e áreas rurais com anticoagulantes.



Relativamente a estes venenos, existem os de primeira geração, de ingestão múltipla, que originam menores impactos no ambiente, dado que se degradam rapidamente e os de segunda geração, de ingestão única, porque uma só dose é fatal para os roedores, mas causadores de maiores prejuízos ambientais, atendendo a que o veneno permanece no animal durante muito mais tempo, cerca de trinta dias, podendo afectar a maioria dos predadores. As intoxicações são denominadas de primárias quando são acidentais, ou seja, quando um animal consome um isco que não lhe era destinado. Serão consideradas secundárias quando um animal consome roedores que tenham ingerido isco/raticida. O primeiro caso é comum dar-se com animais domésticos e o segundo com as aves de rapina.

As intoxicações primárias diminuem-se evitando o acesso acidental e utilizando estações de engodo, porquanto existirem riscos com todos os iscos.

Os anticoagulantes dos venenos de dose múltipla como o “Racumin” apresentam uma baixa toxicidade aguda, a sua acção residual é menos persistente e os seus sintomas são reversíveis com injeções de vitamina K₁.

Foram ainda apresentados alguns estudos sobre a toxicidade de ingestão múltipla e única sobre várias espécies de animais desde a galinha a outros como os cães e os gatos.

Nas campanhas de desratização será sempre necessário saber os locais com maior densidade de ratos e os tipos de isco a utilizar que poderão ser de trigo, pasta, granulado e em pó.

Relativamente à densidade ou avaliação da infestação foram referidos dois métodos: o empírico e o numérico. No primeiro prevê-se o número de ratos tendo por base o seguinte critério: não se vendo nenhum rato haverá de



zero a vinte ratos, vendo-se um ou outro, haverá de vinte a duzentos ratos e vendo-se com frequência, haverá mais de duzentos ratos. O método numérico baseia-se na contagem do número de tocas.

Afirmaram ainda que um Controlo Integrado das Pragas só é possível através de uma campanha de limpeza para diminuir a disponibilidade de alimentos, da educação das populações e de penalizações.

Finalizaram concluindo que, sempre que um concurso o justifique, a Bayer assume a formação técnica das pessoas encarregadas da aplicação dos venenos.

16. AUDIÊNCIA COM DR. GUALTER FURTADO

No dia 19 de Abril de 2001, na Delegação de Ponta Delgada, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi ouvido em audiência pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, o Dr. Gualter Furtado, como uma das pessoas que se tem referido na imprensa local à problemática da Leptospirose.

O Dr. Gualter Furtado começou por referir que se tem preocupado com esta temática, dada a quantidade de ratos existente na Região, tendo sido nas Flores que se defrontou com esta anomalia, chegando mesmo a considerar uma causa perdida. Só começou a ver uma abordagem séria à questão a partir do momento em que ocorreu a morte de várias pessoas.

Apontou como causas as seguintes:

- Ausência de processos sistemáticos de desratização;
- Um clima ameno;
- Ausência de predadores;
- O maneio do gado.

Em seguida informou a Comissão que em seu entender os números que são apresentados pelos hospitais estão muito aquém dos números reais.



Por fim deixou a mensagem de que, uma vez que já se tomou a consciência desta realidade, o combate e a forma deverão ser feitas por pessoas que saibam o que estão a fazer e tendo cuidado no isco a utilizar, porque as codornizes, os milhafres e a perdiz cinzenta, poderão ser postas em causa, lembrando que têm sido feitos alguns investimentos nesta área cinegética.

Capítulo IV

Conclusões

Após a audição às várias entidades e personalidades referenciadas no capítulo anterior e através da documentação entregue, a Comissão em reunião realizada para o efeito, retirou as seguintes conclusões:

1. A leptospirose, em regra, é uma doença benigna e auto-limitada, cujos sintomas e curso são extremamente variáveis. Apenas numa minoria de casos (5 a 10%) as formas classicamente denominadas “Síndrome de Weil” podem ser graves, com icterícia, azotemia, colapso cardiovascular e diátese hemorrágica.

O período médio de incubação é de uma a duas semanas (limites 2 a 26 dias) e a doença é caracteristicamente bifásica. O início é geralmente súbito com febre elevada, calafrios, mialgias difusas (mais acentuada nos gêmeos), cefaleias, náuseas, vômitos e anorexia e alguns doentes apresentam hiperemia conjuntival e herpes labial.

O diagnóstico requer elevado índice de suspeição e baseia-se nos dados clínicos e epidemiológicos confirmados pelos dados laboratoriais. O exame bacteriológico directo ou as culturas para isolamento de leptospiras através de produtos orgânicos (sangue e líquido) nos primeiros dez dias da doença podem dar bons resultados, mas são muito falíveis e de difícil execução. É



a serologia, através de aglutinação microscópica, que permite a confirmação do diagnóstico clínico, através da determinação presuntiva do serogrupo da estirpe infectante.

2. A transmissão da doença faz-se através de :

- contacto da pele (especialmente se não estiver íntegra) e das mucosas com água, solo ou vegetação húmida, contaminadas com urina de animais infectados;
- contacto directo com urina ou tecidos de animais infectados;
- ocasionalmente através da ingestão de alimentos contaminados com urina de ratos infectados;
- ocasionalmente através da inalação de gotículas de aerossóis de fluidos contaminados.

3. A leptospirose não tem sido alvo de uma atenção prioritária no nosso país, apesar da gravidade que alguns casos clínicos assumem. Na Região Autónoma dos Açores, em especial nas ilhas de S. Miguel e Terceira, assume particular destaque quer nas taxas de incidência quer nas taxas de mortalidade, face a outras regiões do país. Existem na Região taxas muito mais elevadas em todos os anos e uma taxa de mortalidade média anual cinco vezes superior ao valor nacional, tornando-se por isso necessário encarar esta doença como uma situação a merecer um estudo e acompanhamento cuidadoso dos serviços regionais de saúde. A confirmação de um crescente número de casos de leptospirose, resulta, provavelmente, quer de uma maior sensibilização da população e dos clínicos para a ocorrência desta patologia, quer de condições ecológicas mais favoráveis para a dispersão de leptospiras pela Natureza.



A elevada precipitação e o clima temperado húmido, a par de uma importante densidade de roedores, constituem factores que favorecem a sobrevivência das leptospiros.

4. Dos estudos já realizados na Região destaca-se que 92% dos doentes eram do sexo masculino, na maioria dos casos em idade de maior actividade laboral, sendo os agricultores/tratadores de gado e trabalhadores da construção civil os mais atingidos. No que se refere à sua distribuição anual, grande parte dos casos ocorreu de Setembro a Janeiro, período de maior pluviosidade e humidade na Região.

5. As campanhas de desratização levadas a efeito na Região têm sido feitas de forma descontinuada, sem a coordenação e cooperação das várias entidades intervenientes no processo. Contudo, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas despendeu ao longo dos últimos anos, através dos Serviços de Desenvolvimento Agrário, importantes verbas. A campanha que se desenvolveu ao longo deste ano, em especial nas ilhas Terceira e S. Miguel, apesar de eficaz para a diminuição do número de ratos, não partiu de um estudo e de um planeamento que evitariam alguns prováveis danos ecológicos, teve aspectos incorrectos na distribuição do raticida e os custos poderiam ser melhor rentabilizados.

6. O controle químico é o meio mais utilizado para eliminação de infestações e é o mais eficaz quando a população de ratos é muito elevada. Todavia é necessário ter-se conhecimento técnico e científico quando se pretende fazer uma desinfestação em grande escala. Os venenos a utilizar, as quantidades, os iscos, os locais e espaços, deverão partir de indicações técnicas credíveis, de modo a não serem prejudiciais, não só para o Ambiente como também para as populações humanas. O uso contínuo de químicos pode levar a que os ratos desenvolvam mecanismos de



resistência, deixando de surtir efeito no seu controlo. Deve ainda ter-se em conta, que os ratos servem de alimento a outras espécies como aves de rapina (milhafre e mocho) e outros pequenos mamíferos como o ouriço-cacheiro, a doninha e o furão.

7. A cooperação entre o Governo Regional e as Autarquias Locais funcionou na campanha que se desenvolve neste momento, porque houve empenho e coordenação das várias entidades e serviços regionais. No entanto, no futuro, estas deverão participar nos encargos financeiros para que se possam realizar acções contínuas nos concelhos, em especial, nas zonas urbanas. A construção de aterros sanitários e a eliminação de lixeiras a céu aberto contribuirão, de forma significativa, para a redução do número de ratos, cabendo às Autarquias um papel importante neste âmbito.

8. A Região necessita de estudos que visem a avaliação epidemiológica dos casos de leptospirose diagnosticados, em especial nas ilhas Terceira e S. Miguel e a investigação das áreas identificadas como de maior risco, por forma a haver uma melhor caracterização dos grupos populacionais mais atingidos e das áreas de risco, bem como, uma avaliação da prevalência actual da infecção humana nas áreas seleccionadas.

9. Na Região há que identificar o grau de conhecimento da doença, atitudes e práticas, junto dos grupos de risco, tendo como finalidade a implementação de acções de sensibilização para a prevenção da doença pelos serviços regionais de saúde e do ambiente. Caberá por outro lado, às Associações de Agricultores, como entidades que agregam o grupo de maior risco, desenvolver junto dos seus associados, acções que visem a alteração de muitos dos hábitos e comportamentos relacionados com as suas atitudes e práticas nas explorações agrícolas.



10. O diagnóstico rápido dos casos suspeitos de leptospirose nos Serviços Regionais de Saúde, passa pela implementação da técnica de macro-aglutinação na Região e o conseqüente aumento das competências técnicas dos recursos humanos. O diagnóstico passa ainda pela optimização de técnicas de isolamento e identificação directa dos agentes patogénicos, que visam uma caracterização bacteriológica dos casos precocemente fatais e dos casos seropositivos, bem como a obtenção de estirpes patogénicas humanas.

11. Relativamente aos roedores, existe na Região a necessidade de se fazer um estudo por forma a identificar e caracterizar as áreas de maior proliferação, o seu ciclo anual de reprodução e a determinação dos factores que condicionam a sua agregação ou dispersão, para futuras campanhas de desratização, visto se ter observado que estes são os maiores transmissores da doença ao homem. Outros animais, como o cão, a vaca ou o porco deverão ser sujeitos a futuros estudos, dado que estes são também considerados reservatórios importantes de leptospiras.

Capítulo V

Recomendações

A Comissão, face às conclusões do presente Relatório, decidiu emitir as seguintes recomendações:

1. A Região deverá implementar um estudo sobre leptospirose, visando a identificação das áreas de risco na transmissão desta doença nos Açores, por forma a dotar os diversos Serviços Regionais de um instrumento de



planeamento e de um conjunto de meios necessários ao combate desta doença.

2. A Região deverá desenvolver de uma forma continuada acções de desratização, em todas as ilhas, devidamente coordenadas e apoiadas em termos técnico e científicos, nas quais deverão participar as Autarquias Locais e todas as entidades regionais com responsabilidades na matéria.

3. Na Região deverão ser eliminadas todas as lixeiras a céu aberto e controlados os aterros sanitários, por forma a combater uma das fontes de alimento e abrigo dos roedores, principais causadores da transmissão desta doença.

4. Na Região deverá promover-se a sensibilização dos serviços de saúde, dos grupos de risco e da população em geral, através de acções de formação e informação regulares, tendo como objectivos o esclarecimento dos riscos da doença, como reconhecê-la, formas de transmissão, controlo, prevenção e a alteração de atitudes e hábitos de trabalho.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais considerando as conclusões e recomendações do Relatório sobre o estudo da situação existente na Região relativamente à Leptospirose, e, de acordo com as normas estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe que seja aprovada a seguinte Resolução:

1. A Região deverá implementar um estudo sobre leptospirose, visando a identificação das áreas de risco na transmissão desta doença nos Açores,



por forma a dotar os diversos Serviços Regionais de um instrumento de planeamento e de um conjunto de meios necessários ao combate desta doença.

2. A Região deverá desenvolver de uma forma continuada acções de desratização, em todas as ilhas, devidamente coordenadas e apoiadas em termos técnico e científicos, nas quais deverão participar as Autarquias Locais e todas as entidades regionais com responsabilidades na matéria.

3. Na Região deverão ser eliminadas todas as lixeiras a céu aberto e controlados os aterros sanitários, por forma a combater uma das fontes de alimento e abrigo dos roedores, principais causadores da transmissão desta doença.

4. Na Região deverá promover-se a sensibilização dos serviços de saúde, dos grupos de risco e da população em geral, através de acções de formação e informação regulares, tendo como objectivos o esclarecimento dos riscos da doença, como reconhecê-la, formas de transmissão, controlo, prevenção e a alteração de atitudes e hábitos de trabalho.

Horta, 14 de Setembro de 2001

O Relator, *José de Sousa Rego*

O presente Relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Sousa*

Presidente: Apresentado sucintamente este relatório, está aberta a discussão do mesmo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.



Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos de ouvir o relatório que a Comissão de Assuntos Sociais elaborou sobre a leptospirose.

Como foi dito, este estudo é consequência de uma proposta de Resolução que apresentámos, aprovada nesta Câmara por unanimidade e que recomendava à Comissão Permanente de Sociais o estudo da matéria.

Embora na altura se estabelecesse o prazo de 90 dias, foi largamente ultrapassado e, no nosso entender, ainda bem, porque foi possível, desde o início dos trabalhos até ao seu terminus, a elaboração de um trabalho que nós queremos realçar, porque consideramos que é um trabalho a todos títulos dignificante para a Comissão e para a própria Assembleia Legislativa Regional.

Salientamos o trabalho esforçado do Sr. Relator da Comissão que o acabou de apresentar.

Quando os trabalhos são dignos, como é este caso concreto, há que valorizar o que é feito e o que foi possível fazer.

Por outro lado, penso que também se pode tirar uma conclusão, não sobre a leptospirose, mas sobre o trabalho, que deve merecer toda a nossa atenção e a atenção deste Parlamento: as Comissões Permanentes podem levar a cabo trabalhos profundos, trabalhos importantes.

Muitas vezes — estamos mesmo convencidos — esses trabalhos, através das Comissões Permanentes, além de ser possível levá-los a cabo, são muitas vezes importante, porque, no fundo, os deputados ligados a essas Comissões e a determinados interesses, estão normalmente atraídos, digamos assim, para as matérias que fazem parte do seu dia-a-dia.



Em relação a esta matéria, eu considero que todos aqueles que participaram nos trabalhos, hoje estão mais enriquecidos no que diz respeito ao conhecimento desta problemática.

Para além das conclusões sumárias a que se chegou, quem tiver o cuidado de ler todas as entrevistas que foi possível fazer e os documentos que estão arquivados, há conclusões que muitos de nós já as conhecíamos, mas há outras importantes que nos fazem pensar um pouco.

Eu gostaria de salientar alguns aspectos que já foram referidos muitas vezes por nós e julgo que vale a pena pensarmos neles, como é o facto das excelentes condições que a Região Autónoma dos Açores tem para uma proliferação rápida dos ratos.

A grande maioria das pessoas ligadas a esta problemática colocou-nos uma questão e prende-se com o facto de vivermos numa zona predominantemente agrícola, o que permite que os ratos tenham à sua disposição alimentação. A nossa sociedade também está a evoluir e a produzir mais lixo, outra condição excepcional para que os ratos possam proliferar abundantemente.

Por outro lado, também aparecem aspectos que, no meu entender, vale a pena valorizar. Enquanto que se diz normalmente que o problema da leptospira provém do rato, afinal, perante muitos técnicos, eles avisam-nos que não é só o rato. A cabra, a vaca, o cão, o gato, o coelho e o porco também podem contaminar.

Portanto, isto é um fenómeno que tem muito a ver com a nossa envolvência ambiental, com a envolvência da nossa economia e com a nossa agricultura também.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Por outro lado, há o problema do ataque dos ratos às culturas. Há pouco já referi o problema da bovinicultura, do milho, dos cereais, da batata, etc, onde os ratos encontram ótimas condições e causam prejuízos.

Também fomos ouvir alguns técnicos, essencialmente aqueles ligados ao combate, que nos dizem para termos cuidados, porque se matarmos todos os ratos, vamos ter outros problemas graves. Por exemplo, o caso do pardal, que é atacado pelos ratos.

Uma conclusão a que se chega logo é que não temos como defesa a eliminação dos ratos, mas o controlo dos ratos. Aí aparece uma conclusão importante, é que o problema do combate dos ratos tem que ser feito constantemente. Não se vai eliminar, nem extinguir, porque isso seria até prejudicial.

Há que juntar muitas pessoas no combate e aí temos que ter em conta o problema que já coloquei anteriormente — coloquei-o na anterior Legislatura e, infelizmente, os responsáveis ainda não se sensibilizaram para isso — isto é, o envolvimento das autarquias da Região através de vários serviços: Serviços Florestais, Serviços de Desenvolvimento Agrário (regra geral prestaram grandes serviços nesse combate) e Serviços de Obras Públicas.

Uma conclusão que vem expressa nos vários documentos é combater os ratos através dos Serviços de Desenvolvimento Agrário nas zonas da sua intervenção e na zona florestal. Não proceder ao seu combate é um erro tremendo.

Essa intervenção é muito elucidativa e é para ela que chamo a atenção dos responsáveis, concretamente do Sr. Secretário Regional responsável por esta matéria, porque há que utilizar, e bem, o dinheiro que se gasta, mas



para o utilizar é preciso cumprir aquilo que são as conclusões chegadas, em função daquilo que técnicos, com competência na matéria, nos dizem.

Por outro lado, há que pensar nalgumas anomalias que foram detectadas em relação ao combate que tem sido feito.

No nosso relatório temos um caso que poderá, deverá e terá que ser evitado no futuro, isto é, o mau uso do raticida, o uso do raticida sem qualquer efeito, o uso do raticida que apenas vai contaminar e que não vai produzir aquilo que deveria produzir, ou seja, a morte dos ratos.

Em função das pessoas que ouvimos, é fundamental que quem tem responsabilidades nesta matéria se rodeie de técnicos com conhecimento nesta área. Não é necessário só adquirir um raticida qualquer, é necessário ser criterioso e actuar em função do aconselhamento técnico que muitas vezes, e infelizmente, não foi tido em conta.

Um dos aspectos que é referido no nosso relatório é que muitas pessoas incluídas neste combate não tiveram um objectivo concreto em relação à matéria.

Todos os técnicos que ouvimos em relação ao combate dos ratos, garantem-nos que é necessário definir objectivos, cumprir metas e, no fim, fazer uma análise para se saber se se cumpriu ou não o objectivo determinado.

Por isso, é fundamental a existência das tais equipas técnicas que sejam capazes de determinar qual o melhor raticida para avançar com o processo, quais as quantidades, em que locais e como utilizar.

Por outro lado, uma conclusão unânime encontrada, levou-nos à apresentação de uma Proposta de Resolução que, na nossa opinião, tem grande importância em função de tudo aquilo que foi feito e, inclusive, em função de todos os serviços, porque infelizmente um dos aspectos que é



fácil concluir é que muitos, incluindo aqueles por onde passam as pessoas afectadas pela leptospirose, muitas vezes talvez não estão tão sensibilizadas como seria desejável para a própria doença.

É fundamental pensar-se que essa sensibilização tem que chegar à população, tem que chegar àquela população que pode ser mais afectada, concretamente as pessoas mais chegadas ao sector fundamental da nossa economia, a agricultura.

Os sectores da saúde também têm que estar muito sensibilizados para esta infecção, para as consequências que infelizmente todos nós conhecemos da contaminação de pessoas pela leptospira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez regozijamo-nos pelo trabalho efectuado e queremos deixar aqui a nossa decisão de considerarmos altamente positivo que esta Resolução que vamos votar no fim, seja aprovada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu prometo que vou ser muito breve. Depois desta longa e interessantíssima exposição do Sr. Deputado Paulo Valadão, pouco mais há a dizer.

Efectivamente apreciámos detalhadamente o relatório da Leptospirose apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Fica patente que no decurso dos trabalhos que conduziram à sua elaboração, a Comissão procedeu à auscultação de um número muito significativo de personalidades e de instituições que, directa ou indirectamente, têm influência, quer nas acções de vigilância



epidemiológica e tratamento dos casos de doença, quer na instituição e implementação de medidas destinadas à sua prevenção e controlo.

Reuniu também um conjunto importante de documentos e de bibliografia sobre o assunto.

Portanto, é justo realçar o trabalho efectuado.

Concordamos genericamente com as conclusões e recomendações que são apresentadas no relatório, efectizando, naturalmente sobretudo aquelas que dizem respeito, primeiro, à necessidade de implementação de um estudo científico sobre a leptospira nos Açores, devidamente estruturado, nos termos em que é descrito pela responsável da Unidade de Leptospirose do Instituto de Higiene e Medicina Tropical e que envolva também a biologia dos principais reservatórios da doença;

Segundo: imperiosa necessidade de uma maior coordenação técnico científica das acções de desratização e do seu acompanhamento no terreno;

Terceiro: sensibilização dos serviços de saúde e educação da população, sobretudo aos grupos de maior risco nos cuidados de prevenção da doença.

Assim, e uma vez que a Proposta de Resolução que ora se aprecia aponta no sentido dessas recomendações, é merecedora da nossa aprovação e o Grupo Parlamentar do PSD vai votá-la favoravelmente.

Deputado Renato Leal (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Seja-me permitido usar da palavra mais na qualidade de Presidente desta Comissão, coisa que raramente faço nesta Casa, para dizer que o relatório que foi distribuído aos Srs. Deputados é este e o que foi distribuído aos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Grupos Parlamentares tem mais outro tanto. Os documentos que estão na biblioteca desta Casa fazem um volume ainda maior.

Com isto quero dizer que esta Proposta de Resolução permitiu que esta Assembleia, na sua Comissão de Assuntos Sociais, pudesse fazer, na nossa opinião, um relatório que não nos envergonha.

Por isso, em nome da Comissão, gostaria de agradecer a todas as entidades e personalidades que se disponibilizaram para reunir com a Comissão, fornecendo todos os documentos que tinham e, sobretudo, a forma aberta e precisa com que esclareceram e debateram todos estes problemas.

Agradeço o empenhamento dos membros da Comissão, quer na colaboração prestada, quer na abertura e participação que tiveram, desde as muitas reuniões que fizemos na Região, até à deslocação ao Continente.

Não posso deixar de me congratular pelo facto do Deputado José Rego ter tido um cuidado extremo na elaboração deste relatório.

Tentámos, sobretudo — e espero que não haja qualquer situação futura que nos possa dizer o contrário — procurar responder o máximo possível ao que cada uma das entidades e personalidades ouvidas disse, mas pelo desconhecimento nesta matéria, podemos deturpar de alguma forma algumas das declarações feitas. Nestes casos é sempre complicado. Quem não conhecendo e não sabendo bastante da matéria, pode incorrer nalguma falha e pode até dar uma ideia diferente daquilo que a pessoa disse.

Desde já, ficou assumido na Comissão que se tal vier a acontecer, virá a este plenário qualquer correcção que possa existir nessa matéria.

Por último, gostaria também de dizer que na conferência de líderes que fizemos, foi decidido que se fizesse uma brochura com este relatório, à qual se deveria juntar a Proposta de Resolução que deu origem ao relatório e a Proposta de Resolução como conclusão, a fim de ser distribuída a uma série



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de entidades e serviços, tendo em vista uma acção de formação e informação — julgo que o relatório permite fazer as duas coisas, permite formar e informar — desde logo, às pessoas que ouvimos, às juntas de freguesia e às câmaras, aos centros de saúde e aos hospitais, às escolas do ensino básico e secundário e às escolas de enfermagem.

Penso que esta Assembleia faria um bom serviço e muito nos dignificaria ter uma brochura que pudesse ser distribuída às múltiplas entidades, associações ambientais e associações agrícolas que lidam com esta matéria. Na nossa opinião, este relatório contém substância para cada uma destas entidades poder, calma e serenamente, recolher ensinamentos.

Por isso, enquanto Presidente da Comissão, foi com gosto que dirigi estes trabalhos e é com gosto que venho a esta Casa, para além dos 90 dias previstos, dizer que valeu a pena este trabalho.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem! Um exemplo a seguir por outros!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O relatório agora apresentado, elaborado na sequência das audições realizadas com diferentes entidades e que suporta a Proposta de Resolução vem, por um lado, e felizmente, dar um conteúdo racional a um problema que esteve por diversas vezes no âmbito do emocional e, por outro, vem de encontro àquilo que era e é sentido por todos nós nesta Casa, ou seja, a necessidade de se conhecer mais e melhor a problemática da leptospirose nesta Região, nomeadamente nas Ilhas de São Miguel e Terceira, para, em conformidade com esse conhecimento, delinear-se estratégias e acções com



uma maior eficácia, no que diz respeito à população humana, à população dos roedores e aos animais domésticos.

Porque o Governo nunca ignorou estas questões, deu conhecimento à Comissão de Assuntos Sociais das suas preocupações e decisões e aquando da audição das diversas entidades e dos diversos Secretários, decidiu apoiar o projecto de investigação sobre a leptospirose, proposto pela Dra. Margarida Collares, investigadora do Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

Por se tratar de um estudo amplo, cujo projecto neste momento já se encontra numa fase de elaboração operacional, com reuniões com diversas entidades, o Governo promove e participa através dos seus 4 departamentos: Ciência e Tecnologia, Saúde, Ambiente e Agricultura.

Também quero referir que isso representa um esforço financeiro bastante acentuado, porque só o projecto apresentado pela professora, representa um investimento de 61 mil contos e nesse projecto ainda não estão incluídos os aspectos que dizem respeito às especificidades destas áreas na Região.

O Governo assume esta despesa como um investimento, porque está certo de que haverá um retorno, aquele retorno que todos nós desejamos, com um conhecimento melhor e com ganhos para a nossa população.

Termino congratulando-me com a forma e o conteúdo do relatório agora apresentado, nomeadamente no que diz respeito às suas recomendações, face à amplitude das entidades propostas como necessárias para a resolução deste problema e que, no que diz respeito ao estudo a ser efectuado sobre a leptospirose, o Governo considera esta recomendação como um reforço, como uma nota positiva, ao fim e ao cabo, da decisão já tomada e que diz respeito ao sentido que todos nós fomos delineando ao longo destes debates e que, com certeza, também vai de encontro àquelas recomendações mais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

gerais que dizem respeito a todas as entidades que se devem envolver no controlo desta problemática, tal como foi aqui referido pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

A nossa intenção é conhecer mais e melhor e controlar para que não seja necessário nós recorrermos a certas medidas, mais de forma empírica do que de uma forma científica.

Também, como foi dito aqui, as condições desta Região são muito boas para os roedores: tem bom clima, bom alimento e boas condições de pluviosidade.

Assim sendo, nós temos que partir para esta resolução e temos que dar seguimento a esta recomendação, no sentido de reforçar as medidas que nós propusemos e que iremos tomar.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições e não sendo este relatório susceptível de votação, no entanto, emana dele uma Proposta de Resolução, pedia ao Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais que fizesse a apresentação da referida Resolução.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como vimos, após o relatório da nossa Comissão, decidimos que era necessário fazer uma Proposta de Resolução que foi feita e que constou do próprio relatório, mas os mecanismos do nosso Regimento obrigaram a que, naturalmente, a proposta fosse subscrita por todos os membros da Comissão.

Portanto, é nessa qualidade que aqui venho.

Com o nº 1 desta Proposta de Resolução, pretende-se aquilo que aqui já foi dito, ou seja, a execução de um estudo que permita que todos os serviços regionais tenham um instrumento de planeamento. Propositadamente



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

escreveu-se aqui a Região e todos os serviços, porque entendemos que é necessário que as Juntas Autónomas dos Portos, as Associações Agrícolas, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, tenham conhecimento que lhes permita, cada uma nas suas áreas, agir convenientemente e não só como se tinha a ideia, os serviços da Região, neste caso os serviços dependentes da Região.

No 2º ponto deverão desenvolver-se de forma continuada acções de desratização.

Foi visto por nós que ao longo de muitos anos têm vindo a ser feitas acções de desratização.

Concluimos que deviam ser de forma coordenada e continuada e isso ficou presente. Desde os anos 70 até hoje, fizeram-se várias, mas é opinião da Comissão que as mesmas deviam ser de uma forma continuada e coordenada pelas diversas entidades. Aqui implica, desde logo, as autarquias locais, mas não é competência desta Assembleia fazer recomendações às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia. Por isso a redacção foi esta encontrada.

No 3º ponto, vem referido que “na Região deverão ser eliminadas todas as lixeiras a céu aberto e controlados os aterros sanitários, por forma a combater uma das fontes de alimento e abrigo dos roedores, principais causadores da transmissão desta doença”.

Com esta recomendação pretende-se naturalmente que haja, na área das competências do Governo, na área da competência das autarquias e na área da competência de cada um de nós, cuidados com os lixos.

Ficou provado na Comissão que esta era a maior fonte de proliferação dos ratos e, desde logo, entendemos que todas as entidades regionais, as



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

autarquias e os cidadãos, deviam ser abrangidos por esta Proposta de Resolução.

No ponto 4, entende-se que se deverá desenvolver uma campanha de formação e informação, começando-se pelos serviços de saúde, pelos grupos de risco e aqui já ficou visto que vai desde os agricultores, aos lavradores, trabalhadores dos matadouros, trabalhadores das Juntas Autónomas dos Portos e à população em geral, de forma a que cada um saiba os cuidados que deve ter, quer no seu mundo laboral, quer na sua situação de cidadão, para que a leptospirose não cause os problemas que já causou e que tem causado nesta Região.

Presidente: Apresentada esta Proposta de Resolução que, aliás, consta do próprio ponto da ordem de trabalhos, seguir-se-ia a sua discussão, no caso de se verificar ainda pertinente.

(Pausa)

Não havendo nenhuma inscrição, passaríamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.